



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 10/06/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada relatou sua participação no Fórum Internacional Mulher e os Desafios do Desenvolvimento, realizado em Cabo Verde. Informou que o evento marcou os 50 anos de independência do país africano, os 50 anos da atuação da ONU no território e os 30 anos da Plataforma de Ação de Pequim. Destacou os debates sobre participação feminina na mídia, justiça climática e presença das mulheres na política. Compartilhou experiências brasileiras sobre políticas públicas voltadas à igualdade de gênero e defendeu a institucionalização do encontro bienal. Agradeceu às autoridades cabo-verdianas e à Embaixada do Brasil pelo apoio. Ressaltou a importância de fortalecer laços entre Brasil e Cabo Verde, especialmente nas áreas de educação, turismo e comércio exterior, e reafirmou seu compromisso com a promoção da equidade de gênero e da cooperação internacional.

Pastor Henrique Vieira (PSOL - RJ) - O Deputado denunciou violações de direitos humanos em comunidades terapêuticas no Rio de Janeiro, após inspeções realizadas com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Informou que nas unidades visitadas em Paracambi (RJ), Seropédica (RJ), Guapimirim (RJ) e Teresópolis (RJ), foram identificadas situações de trabalho não remunerado, ausência de equipes técnicas e uso coercitivo da religião. Alertou para a precariedade nas condições estruturais e alimentares e criticou o financiamento público dessas instituições. Defendeu o fim das práticas manicomiais e o fortalecimento de políticas públicas baseadas em cuidado em liberdade, como os Centros de Atenção Psicossocial, centros de convivência e residências terapêuticas. Reafirmou a necessidade de um tratamento humanizado e multiprofissional para pessoas em sofrimento psíquico e dependência química.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado denunciou a operação do Bope no Morro Santo Amaro, no Rio de Janeiro (RJ), que resultou na morte de Herus Guimarães, jovem trabalhador de 23 anos, e deixou cinco feridos durante uma festa junina na comunidade. Destacou que a ação ocorreu sem justificativa clara e criticou a política de segurança pública que trata com violência as populações de favelas. Também abordou a ocupação de um terreno abandonado no Porto Maravilha pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, defendendo a mobilização popular como caminho para garantir o direito à moradia. Afirmou que o Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades será acionado para viabilizar o projeto habitacional no local. Reforçou a importância de políticas urbanas que integrem a população mais vulnerável em projetos justos e inclusivos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

Juliana Cardoso (PT - SP) - A Deputada defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do SUS pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais. Destacou o papel essencial desses profissionais no Sistema Único de Saúde, ressaltando as condições adversas em que atuam e a necessidade de reconhecimento previdenciário. Também incluiu na pauta os agentes indígenas de saúde e saneamento, cobrando a equiparação de direitos e visibilidade a esses trabalhadores historicamente negligenciados. Alertou para a urgência na designação de relatoria e instalação da Comissão Especial para avanço da proposta, classificando a medida como estratégica para garantir justiça social e valorização do trabalho na atenção básica à saúde. Reafirmou o compromisso com a aprovação da PEC e do projeto de lei voltado aos agentes indígenas, como forma de fortalecimento do SUS e de proteção à população.

Rodrigo Estacho (PSD - PR) - O Deputado registrou a presença do Vereador Sergio Kiçula, de Guarapuava (PR). Destacou que o Vereador está em seu primeiro mandato pelo PSD e que esteve em Brasília (DF) com o objetivo de captar recursos para o Município, conhecido como Capital Nacional da Cevada e do Malte. Anunciou a destinação de R\$ 1 milhão para atender às demandas apresentadas por Kiçula, reforçando o compromisso com o desenvolvimento local e a colaboração entre os níveis municipal e federal.

Clarissa Tércio (PP - PE) - A Deputada denunciou a realização dos chamados “bailes do inferninho” em comunidades do Recife (PE), como a UR-1, e relatou denúncias da população sobre tráfico de drogas, prostituição, uso de armas e perturbação do sossego durante essas festas clandestinas. Afirmou que moradores têm abandonado suas casas diante da insegurança e cobrou providências do Estado. Destacou a atuação da Polícia Militar de Pernambuco, que impediu a realização de um desses eventos, e reiterou que manifestações culturais devem respeitar a lei e os direitos da população. Informou estar sofrendo ameaças, mas reafirmou sua disposição de continuar cobrando segurança.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado criticou a equipe econômica do Governo Federal de aumentar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Afirmou que a medida prejudicaria o sistema financeiro, afetando investimentos, importações e exportações. Também se posicionou contra a intenção do Governo de aumentar a carga tributária sobre o agronegócio e o setor imobiliário, alegando que isso elevaria os preços dos alimentos e da moradia para a população. Defendeu o corte de gastos públicos como alternativa para o equilíbrio fiscal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou a política fiscal do Governo Federal, acusando-o de adotar medidas improvisadas e prejudiciais ao agronegócio e à economia. Apontou o aumento do IOF e o fim da isenção da LCA como exemplos de decisões que afetam negativamente o setor agrícola e o mercado imobiliário. Reprovou também a ausência de planejamento no anúncio do Plano Safra e a condução da política econômica, que gera instabilidade. Afirmou que o Governo deveria buscar fontes de receita combatendo fraudes e desperdícios em vez de aumentar impostos.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado registrou a presença do Deputado Estadual Flavio Serafini, do PSOL do Rio de Janeiro. Destacou o trabalho de Serafini em defesa da educação pública no Estado e afirmou que sua atuação honra os votos recebidos pelos cidadãos fluminenses. Informou que a presença foi saudada como um reforço à luta por direitos e pelo fortalecimento da educação no País.

Max Lemos (PDT - RJ) - O Deputado registrou a atuação do Deputado Estadual Flavio Serafini, destacando seu compromisso com a defesa da educação e sua postura combativa durante o mandato na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Reforçou as palavras do Deputado Tarcísio Motta e saudou a presença de Serafini, desejando boas-vindas à Câmara dos Deputados.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada esclareceu que o aumento do IOF não penalizou o setor agropecuário nem tratou de pessoa física, mantendo intactos programas como Pronamp e Plano Safra. Afirmou que a resistência em reduzir privilégios tributários e isenções prejudica o País, e defendeu a revisão dessas vantagens para garantir recursos essenciais à educação, ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e aos investimentos públicos. Ressaltou a importância de preservar políticas sociais conquistadas, como o SUS e o Fundeb, ampliados durante o Governo do Presidente Lula, e afirmou que não aceitará retrocessos que afetem a população mais vulnerável. Informou que é necessário que os mais ricos contribuam para o financiamento dessas políticas.

Alexandre Lindenmeyer (PT - RS) - O Deputado prestou homenagem ao Deputado Luiz Couto, destacando sua trajetória marcada pela defesa dos direitos humanos e da dignidade. Ressaltou o combate de Couto ao etarismo sofrido na Câmara. Informou que Luiz Couto foi lembrado como um parlamentar comprometido com ações concretas, como a presidência da CPI do Tráfico de Pessoas, a luta contra o trabalho escravo e a defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente. Destacou ainda a generosidade e o espírito acolhedor de Couto, que o recebeu com conselhos e apoio ao chegar ao Parlamento. Finalizou destacando o papel exemplar de Luiz Couto na promoção da justiça social e na garantia de recursos para políticas públicas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado criticou a oposição da extrema Esquerda às escolas cívico-militares, afirmando que esse grupo acusa o modelo de afetar a autonomia pedagógica, o desenvolvimento crítico dos alunos e a gestão democrática. Ressaltou que as escolas cívico-militares promovem disciplina, organização, melhor desempenho acadêmico e redução da violência. Destacou que o PSOL acionou a ONU para recomendar o fim dessas escolas no Brasil, classificando essa iniciativa como incoerente. Informou que a Esquerda costuma se posicionar contra propostas que apresentam resultados positivos.

Valmir Assunção (PT - BA) - O Deputado criticou o debate sobre o ajuste fiscal que prioriza cortes em investimentos sociais, como educação, saúde, valorização do salário mínimo e Benefício de Prestação Continuada (BPC). Destacou que esses recursos são essenciais para a população mais pobre e que classificá-los como gasto é contraditório, já que muitos que defendem essa visão se beneficiaram do ensino público e da saúde estatal. Afirmou que os cortes deveriam atingir privilégios fiscais dos mais ricos e o alto custo dos juros da dívida pública, que consome grande parte do orçamento. Reforçou que os Parlamentares devem trabalhar para reduzir a desigualdade, promover justiça social, gerar emprego e desenvolvimento, em vez de penalizar os trabalhadores e a população vulnerável.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado destacou a importância de responsabilidade na gestão da economia brasileira, ressaltando a necessidade de buscar soluções estruturantes que promovam desenvolvimento e garantam direitos sociais de forma sustentável. Criticou a resistência de alguns Parlamentares e setores da sociedade quando se fala em cortar privilégios fiscais, que considerou obstáculos para a justiça fiscal e tributária no País. Ressaltou o papel do Parlamento em apresentar soluções concretas e dialogar com o Governo e entre os próprios Deputados para garantir a ampliação dos direitos sociais sem retrocessos. Defendeu que as medidas econômicas devem priorizar o fortalecimento dos direitos do povo brasileiro.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado denunciou o assassinato de Herus Guimarães Mendes, de 23 anos, durante uma operação do Bope no Morro Santo Amaro, Rio de Janeiro (RJ), que também feriu outras cinco pessoas, incluindo crianças e idosos. Informou que a ação policial simulou uma cena para justificar a morte, enquanto a família foi impedida de prestar socorro imediato. Criticou a política de segurança vigente, que trata as favelas como territórios inimigos e os moradores como criminosos. Destacou outra operação recente da Polícia Civil contra o tráfico na região, que paralisou a cidade, feriu trabalhadores, mas não resultou em mudança no controle do tráfico. Responsabilizou o Governador Cláudio Castro pelas consequências dessas políticas e pediu mudanças urgentes para proteger os jovens negros e trabalhadores das favelas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

Ronaldo Nogueira (REPUBLICANOS - RS) - O Deputado registrou os 35 anos da Igreja Batista Independente de Novo Hamburgo (RS), destacando o trabalho realizado junto à comunidade. Ressaltou que a igreja é respeitada na região tanto pelas ações de evangelização quanto pelas iniciativas sociais que desenvolve. Também citou a liderança do Pastor Fabiano e da Pastora Alessandra Ribeiro, que vêm dando continuidade às atividades iniciadas pelos pioneiros, e prestou suas homenagens à igreja, aos membros e à diretoria pelo serviço prestado à sociedade.

Waldenor Pereira (PT - BA) - O Deputado registrou os 148 anos de emancipação política de Brumado (BA). Cumprimentou a população, o Prefeito Fabrício Abrantes, o Vice-Prefeito Marlúcio Abreu Filho, o Vereador Miro Silveira, o ex-Vereador Catoze, o Secretário de Cultura, Esporte e Lazer, José Ribeiro Neves, o ex Vice-Governador Edmundo Pereira Santos e a ex-Deputada Marizete Pereira.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado denunciou a violência policial nas comunidades do Rio de Janeiro (RJ). Relatou que, enquanto uma apreensão de fuzis na Barra da Tijuca aconteceu sem qualquer tiro, uma ação policial na favela Santo Amaro resultou na morte de Herus, um trabalhador de 23 anos, que deixou um filho pequeno. Lembrou que nas comunidades existem projetos sociais que transformam vidas, enquanto a violência policial atinge moradores que nada têm a ver com o crime. Ao final, obrou responsabilidade do Governador Cláudio Castro na condução da segurança pública e enfatizou que o Rio de Janeiro quer justiça, não violência.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou as ações do Governo Federal no Acre. Afirmou que o Presidente Lula, junto à Ministra Marina Silva, às Forças Armadas, à Força Nacional, às polícias, ao ICMBio e ao Ibama, persegue os produtores rurais na Região Norte, multando e embargando suas atividades. Considerou que essas medidas estão dificultando a sobrevivência dos pequenos e grandes produtores, que já enfrentam dificuldades financeiras. Também afirmou que solicitou uma audiência na Comissão de Agricultura para que a Ministra, o Presidente do ICMBio e o Superintendente do Ibama prestem esclarecimentos sobre o que ele classificou como um clima de guerra contra os moradores do Acre.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada cobrou do Prefeito de Salvador (BA), Bruno Reis, a abertura de negociações com os professores da rede pública municipal, que estão em greve há 36 dias. Afirmou que a paralisação aconteceu pelas dificuldades nas negociações, pelo descumprimento do piso salarial nacional e pela falta de transparência nas contas públicas. Informou que os educadores vêm sendo alvos de agressão física e repressão, sendo essa situação fruto da intransigência da administração municipal. Ao final, prestou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

solidariedade aos professores e disse que já solicitou a mediação do MEC para encontrar uma saída para o impasse.

Ricardo Salles (NOVO - SP) - O Deputado afirmou que o crime organizado se espalhou pelas instâncias de poder, pelas polícias e pelas universidades, enquanto o País atravessa uma crise moral. Citou como problemas a liberação das drogas, o enfraquecimento da família, o crescimento das apostas on-line, escândalos no INSS, a presença do MST nas fazendas e a violência. Informou que, neste momento, o ex-Presidente Jair Bolsonaro presta depoimento ao STF sobre um golpe que, na visão dele, não aconteceu, junto com outros ex-membros do Governo, como o General Heleno.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado criticou a posição das Nações Unidas a favor do fim das escolas cívico-militares no País. Afirmou que esses colégios estão entre os mais bem classificados nas avaliações de ensino e considerou um absurdo um organismo externo dizer o que é bom ou ruim para o Brasil. Também acusou o PSOL de São Paulo de prestar um desserviço à população, ao apoiar essa mudança, e defendeu a manutenção das escolas cívico-militares como um modelo que traz resultados para a educação.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado cobrou uma posição da ANS e do Congresso para coibir aumentos abusivos nos planos de saúde, que vêm aumentando até 25% enquanto a renda da maioria dos brasileiros acompanha apenas a inflação. Criticou a agência reguladora por atender interesses de mercado, enquanto os usuários, principalmente os idosos e portadores de doenças crônicas, estão desprotegidos. Lembrou que o Projeto de Lei nº 7.419, de 2006, tramita na Câmara com o apensamento de outras 300 propostas, e enfatizou que é preciso um pacto para modernizar a legislação e dar assistência à população. Concluiu pedindo ao Presidente Hugo Motta que paute o assunto, considerando que a saúde é um direito, e não um negócio.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou a omissão do Governo Federal na segurança pública do Rio de Janeiro. Citou o depoimento do ex-Presidente Jair Bolsonaro no STF para destacar que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pôde utilizar o boné do CPX, durante a campanha eleitoral, no Rio de Janeiro. Também afirmou que essa situação revela um crescimento do crime nas favelas, fruto da falta de controle das autoridades, enquanto, na visão do Deputado, a esquerda se preocupa com a Palestina. Por fim, relacionou o endurecimento do discurso de Lula contra Israel ao crescimento do antissemitismo no Brasil, aumentando a vulnerabilidade da comunidade judaica.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado criticou o uso de recursos públicos pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para mover um processo contra Ciro Gomes, por meio da Advocacia-Geral da União. Relatou uma conversa que teve com o ex-Presidente Jair Bolsonaro, na qual ele disse que não possuiria recursos para contratar um grande escritório de advocacia para se defender na Justiça. Por fim, afirmou que essa situação revela uma diferença na ética na condução da política, sendo essa, na visão dele, a razão pela qual Bolsonaro foi expurgado do poder.

Luiz Carlos Hauly (PODE - PR) - O Deputado registrou um voto de louvor em homenagem ao Conselho Nacional de Praticagem (Conapra) pelos 50 anos de atividades, comemorados neste 10 de junho, no Rio de Janeiro. Destacou o trabalho relevante da entidade na segurança da navegação, na eficácia das operações portuárias e na contribuição para o desenvolvimento do comércio exterior. Também ressaltou a função estratégica dos práticos na condução de embarcações em águas restritas, a capacitação permanente, o uso de tecnologia de ponta e o comprometimento na preservação de vidas, embarcações e do meio ambiente.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado criticou o uso de recursos públicos pelo Governo para monitorar a oposição nas redes sociais. Citou uma matéria do jornal O Estado de S. Paulo que revela um orçamento de R\$ 54,1 milhões destinado ao Instituto Rede Minerva para a produção de relatórios que incluem a análise de postagens de influenciadores de direita e até de Deputados Federais. Argumentou que, essa despesa é desnecessária e revela um desvirtuamento do uso do dinheiro público, enquanto o Governo busca, ao mesmo tempo, ampliar a regulação das redes.

Dimas Gadelha (PT - RJ) - O Deputado questionou a eficácia das ações policiais nas comunidades do Rio de Janeiro (RJ). Citou o caso ocorrido na comunidade Santo Amaro, onde um jovem de 24 anos, Herus Guimarães Mendes, que trabalhava como *office boy*, foi atingido junto a outros cinco adolescentes enquanto ensaiavam para uma festa junina. Enfatizou que essa situação revela um modelo recorrente de violência, que atinge principalmente moradores que nada têm a ver com o crime, aumentando a dor nas comunidades. Propôs que, em vez de usar apenas a violência policial, o poder público invista na capacitação das tropas, em estratégias de inteligência, na apreensão de armas, na educação, na cultura, na assistência social e na criação de alternativas para os jovens.

Afonso Hamm (PP - RS) - O Deputado registrou a presença, no plenário, do Deputado Estadual Ernani Polo, que é também Secretário de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul. Enfatizou ainda a situação da agricultura no Estado, que enfrenta dificuldades em razão de cinco safras frustradas. Cobrou que o Governo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

Federal implemente medidas de apoio, como o alongamento de dívidas — e não a anistia —, para que os produtores consigam se recompor.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado criticou o que considera um debate simplista sobre a segurança pública na Câmara, relacionando com as posições do Governo Lula e do Ministro Ricardo Lewandowski. Citou uma matéria mostrando que uma operação policial no Rio de Janeiro, destinada ao cumprimento de setenta mandados, resultou no fechamento de vias importantes na cidade, sendo essa situação fruto da reação de grupos criminosos. Afirmou que é preciso adotar medidas severas, como um tratamento jurídico específico, tanto na esfera penal quanto na execução das penas, para conter a violência causada pelas facções. Por fim, enfatizou que os policiais estão na linha de frente dessa situação, enquanto muitos estão protegidos por um esquema de segurança privado, sendo que a população é a que sofre.

Ivoneide Caetano (PT - BA) - A Deputada denunciou o descaso vivido pelos professores de São Sebastião do Passé (BA). Relatou que, na atual administração, foram retiradas, de forma arbitrária, as vantagens conquistadas pelos professores a partir do plano de carreira implementado em 2008, na época da ex-Prefeita Tânia Portugal. Acrescentou que os professores passaram a receber apenas o piso inicial, independentemente do tempo de serviço ou da qualificação.

Beto Richa (PSDB - PR) - O Deputado defendeu a importância da manutenção das Leis estaduais nº 17.656, de 2013 e nº 18.419, de 2015, que tratam da inclusão educacional de pessoas com deficiência no Paraná e são alvo da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.796 no Supremo Tribunal Federal. Destacou que essas normas, de sua autoria, garantem apoio às Apaes e instituições especializadas, fundamentais para atender cerca de 330 mil alunos com deficiências severas, que muitas vezes não conseguem se adaptar ao ensino regular. Lembrou, ainda, iniciativas como o programa Nota Paraná, que direciona recursos a essas entidades, e alertou para o risco de retrocesso social caso o Supremo declare as leis inconstitucionais. Fez um apelo ao Judiciário e à sociedade para que valorizem o impacto humano e ético das políticas públicas voltadas à inclusão.

Ismael (PSD - SC) - O Deputado parabenizou os Municípios de Guabiruba e Botuverá, em Santa Catarina, pelos 63 anos de emancipação. Também registrou as boas-vindas ao Vereador Emerson Flores, presente na Câmara, destacando sua representatividade junto à Igreja Evangélica Assembleia de Deus e mencionando que seu bisavô foi o fundador da denominação em Santa Catarina e no sudoeste do Paraná.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

Danilo Forte (UNIÃO - CE) - O Deputado criticou a impunidade no caso de Renata Coan, empresária cearense que foi vítima de estupro e tentativa de feminicídio por um lutador de MMA condenado a mais de 8 anos de prisão, mas que cumpriu apenas pouco mais de 4 meses. Lamentou a decisão judicial que permitiu a soltura e cobrou ação urgente do Congresso contra a violência, especialmente contra as mulheres. Reforçou a importância do Projeto de Lei nº 1.283, de 2024, de sua autoria, que tipifica como terrorismo os atos praticados por organizações criminosas, e destacou o apoio de 333 Deputados à urgência da matéria.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou declarações de um Parlamentar do PT que teria culpado as polícias Civil e Militar pelas ações de combate ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Destacou a ausência de uma política nacional eficaz contra o tráfico e responsabilizou o Governo Federal pelo controle das fronteiras por onde entram armas e drogas. Além disso, criticou o Presidente Lula por ter usado, durante a campanha, um boné com a sigla CPX, associada ao Comando Vermelho, sem pedir o desarmamento dos traficantes. Encerrou dizendo que os moradores das comunidades querem o fim do tráfico e confiam na ação da polícia.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado destacou os desafios enfrentados pelo Estado do Rio de Janeiro na área da segurança pública e defendeu maior atuação do Governo Federal no combate ao crime organizado. Elogiou o trabalho da Polícia Militar e do Governador Cláudio Castro, mencionando investimentos como novos coletes, viaturas, motos, capacetes e o ingresso de 4 mil novos policiais militares. Relatou sua visita a unidades da corporação e cobrou políticas nacionais que auxiliem efetivamente o Estado, para além do envio da Força Nacional, enfatizando que o enfrentamento à violência exige esforço conjunto e contínuo.

Marcon (PT - RS) - O Deputado parabenizou a atleta Jasieli Dalla Rosa, de Trindade do Sul (RS), que conquistou o título de Vice-Campeã das Américas na corrida de montanha realizada no Peru. Destacou o esforço e a preparação da atleta para completar os 60 quilômetros de prova em alta altitude. Homenageou também seus pais, Claudete e Jairo, assentados da reforma agrária, e estendeu o reconhecimento a todas as mulheres gaúchas e brasileiras guerreiras.

Coronel Ulysses (UNIÃO - AC) - O Deputado denunciou ações do ICMBio no Acre, classificando-as como abusivas e prejudiciais aos pequenos produtores rurais da Região Amazônica. Criticou a Ministra Marina Silva, a quem acusou de promover repressão e violar direitos humanos por meio de fiscalizações que teriam resultado em embargos de terras, apreensão de gado e destruição de propriedades. Por fim, afirmou que tais ações comprometem o sustento de famílias e reforçou sua oposição ao que chamou de “elite ambientalista” e à política ambiental do Governo Federal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

Átila Lins (PSD - AM) - O Deputado destacou a realização de audiência pública em Manaus (AM) promovida pela Comissão Especial que discute o novo Plano Nacional de Educação, válido de 2026 a 2036. Informou que levou, junto com o Deputado Sidney Leite, o debate ao Amazonas para garantir a participação das autoridades locais. Ressaltou que o evento contou com a presença de secretários estaduais e municipais, prefeitos, reitores de universidades e representantes de diversos segmentos educacionais. Por fim, enfatizou a importância da inclusão do custo amazônico no plano e reforçou o compromisso de assegurar a contribuição da região na construção das diretrizes nacionais de educação.

Neto Carletto (AVANTE - BA) - O Deputado celebrou o aniversário da cidade de Eunápolis (BA) e destacou a presença de Vereadores do Município em Brasília (DF) para tratar de temas relevantes, como a interdição da ponte sobre o Rio Jequitinhonha, na BR-101, que tem gerado impactos no abastecimento e no acesso à saúde. Criticou a precariedade do atendimento hospitalar e da educação em Eunápolis, cobrando providências dos Governos Municipal, Estadual e Federal. Mencionou também ações positivas, como a realização da maior feira de agricultura da cidade e o apoio a projetos habitacionais, além de reforçar seu compromisso com pautas como a fibromialgia e a aposentadoria especial para agentes comunitários de saúde.

Pauderney Avelino (UNIÃO - AM) - O Deputado anunciou a instalação da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que trata da aposentadoria especial para agentes comunitários de saúde e de combate a endemias. Informou que o Deputado Doutor Luizinho foi eleito Presidente, o Deputado Antonio Brito será o Relator, e o Deputado Pedro Lucas Fernandes atuará como 1º Vice-Presidente. Destacou a relevância da Comissão para valorizar essa categoria essencial ao combate às endemias e à promoção da saúde pública no País, e manifestou satisfação em participar de sua criação.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado criticou o Presidente Lula por declarações sobre o conflito entre Israel e o Hamas. Afirmou que Lula demonstrou posicionamento antissemita ao colocar em dúvida os ataques do Hamas ocorridos em 7 de outubro de 2023 e ao questionar como Tel Aviv teria sido invadida. Acusou também o Presidente de propagar informações falsas, como a alegação de que mais de 12 milhões de crianças teriam morrido na Faixa de Gaza, número que superaria até a população total da região. Por fim, afirmou que Lula ignora a promessa divina feita a Israel e reforçou sua defesa do povo judeu.

Ronaldo Nogueira (REPUBLICANOS - RS) - O Deputado criticou a recomendação do Comitê dos Direitos da Criança da ONU para que o Brasil proíba as escolas cívico-militares. Afirmou que a ONU está fragilizada moralmente e sua orientação vai contra a vontade da maioria da população brasileira, que apoia esse modelo educacional por valorizar o civismo, o respeito e a excelência. Atribuiu parte dos problemas sociais e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

educacionais à retirada de disciplinas como Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil dos currículos escolares, além de lamentar a perda de práticas como o canto do Hino Nacional e momentos de oração nas escolas. Por último, defendeu os valores de fé, família e sociedade como pilares da cultura brasileira.

Aliel Machado (PV - PR) - O Deputado homenageou os Municípios de Ivaí e Sertanópolis, no Paraná, destacando suas conquistas e aniversários de emancipação política. Parabenizou Ivaí pelos 64 anos de história e elogiou a gestão do Prefeito Orli, ressaltando os recursos e ações destinados ao Município. Em seguida, celebrou o aniversário de Sertanópolis e exaltou a liderança da Prefeita Ana Ruth, primeira mulher eleita para o cargo na cidade. Expressou orgulho por representar ambas as localidades em Brasília e por ter contribuído com investimentos em áreas como saúde, infraestrutura e educação. Também destacou sua participação na Expo Sertão, em Sertanópolis.

Julio Lopes (PP - RJ) - O Deputado relatou um episódio de violência ocorrido na Linha Amarela, no Rio de Janeiro, quando tiros foram disparados contra civis, inclusive funcionários de seu gabinete. Criticou a declaração do Secretário Sarrubbo, que não classificou os ataques como terrorismo, e defendeu que atirar contra a população caracteriza esse tipo de crime. Responsabilizou a decisão da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635 pela presença de criminosos de outros Estados no Rio e elogiou a operação policial em curso. Destacou o apoio às forças de segurança do Estado e mencionou o monitoramento de 400 fuzis por *drone* na Floresta da Tijuca, comparando o poder bélico do crime organizado à força da Guarda Nacional dos Estados Unidos.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado manifestou indignação com a resistência da elite econômica à proposta de reforma do Imposto de Renda discutida na Câmara. Informou que o objetivo é isentar quem ganha até cinco mil reais mensais, desde que os 130 mil brasileiros mais ricos passem a contribuir com uma alíquota máxima de 10%. Criticou a disparidade no sistema tributário, em que trabalhadores assalariados pagam até 27,5% enquanto lucros e dividendos não são taxados. Defendeu justiça fiscal e cobrou maior contribuição dos mais ricos para aliviar a carga sobre os que ganham menos.

Flávio Nogueira (PT - PI) - O Deputado alertou para o envelhecimento da população brasileira, impulsionado pela queda contínua nas taxas de natalidade e fecundidade. Destacou que, em breve, o número de idosos superará o de crianças no País, exigindo um SUS mais eficiente no cuidado com a saúde do idoso e uma reforma da Previdência. Ressaltou a influência da autodeterminação feminina nesse cenário e previu o fim do bônus demográfico até 2040. Defendeu que o Brasil comece a considerar a implementação de um



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

novo programa de imigração para compensar a futura escassez de mão de obra, lembrando o papel histórico dos imigrantes no desenvolvimento nacional.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado criticou o Governo Federal por substituir a proposta de aumento do IOF pela taxaço de investimentos como LCI e LCA, que viabilizam crédito para o agronegócio e o setor imobiliário. Ressaltou que essa mudança elevaria o custo do crédito, encarecendo alimentos e imóveis, o que poderia gerar mais inflação, fome e desemprego. Também questionou se o Governo considerava a população e o Congresso ingênuos ao tentar manter a arrecadação a qualquer custo, mesmo com impactos negativos para setores essenciais da economia.

Luiz Carlos Hauly (PODE - PR) - O Deputado celebrou os 111 anos de emancipação política de Foz do Iguaçu (PR). Destacou o simbolismo da cidade como Marco das Três Fronteiras entre Brasil, Paraguai e Argentina, além de ressaltar seus atrativos turísticos, como o Parque Nacional do Iguaçu, uma das sete maravilhas naturais do mundo; e a Usina de Itaipu, reconhecida como uma das sete maravilhas da engenharia. Ademais, enfatizou a integração regional e o dinamismo econômico da cidade, marcada por forte intercâmbio comercial e cultural com os países vizinhos.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado leu carta da Comissão da Promoção da Dignidade Humana da Arquidiocese de Vitória (ES), que denunciou o assassinato do adolescente Kaylan Ladário dos Santos, ocorrido em fevereiro de 2025. Destacou que, segundo relatos, o jovem teria sido jogado de uma ponte por policiais militares. Também ressaltou que, no expediente, a Comissão cobrou apuração rigorosa, responsabilização dos envolvidos e criticou a violência policial e as estatísticas de homicídios no Espírito Santo. Ao finalizar, manifestou solidariedade à família da vítima e defendeu uma política de segurança pública pautada pela paz e pelos direitos humanos.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado homenageou o ex-Prefeito Celso Augustinho Valduga, de Palmeira das Missões (RS), que faleceu recentemente. Descreveu Valduga como uma referência do trabalhismo, defensor da cultura e idealizador do Carijo da Canção Gaúcha. Destacou sua trajetória como líder comprometido com os ideais do PDT e sua contribuição para o Município e o Rio Grande do Sul. Além disso, expressou solidariedade à família e recitou versos em memória do companheiro, ressaltando o legado deixado por Valduga ao trabalhismo e à política brasileira.

Zé Neto (PT - BA) - O Deputado defendeu as propostas apresentadas pelo Ministro Fernando Haddad como alternativas ao aumento do IOF e criticou a pressão exercida pelo mercado financeiro sobre o Congresso.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

Destacou que a responsabilidade pela busca do equilíbrio fiscal deve ser compartilhada, e cobrou dos colegas Parlamentares que, em vez de apenas criticar, apresentem soluções concretas. Também elogiou a postura do Presidente da Câmara, Hugo Motta, classificando-a como cautelosa e responsável. Ao concluir, ressaltou avanços econômicos como a queda da inflação, a redução do desemprego e a aprovação da reforma tributária como sinais positivos para o País.

Maria Arraes (SOLIDARIEDADE - PE) - A Deputada comentou o julgamento do ex-Presidente Jair Bolsonaro por tentativa de golpe, classificando o processo como um momento histórico para o Brasil. Ademais, criticou duramente a atuação do ex-Presidente e de seus aliados, ressaltando que representam o que há de pior na política nacional. Também afirmou que a democracia brasileira será plenamente soberana apenas quando não houver anistia para golpistas, destacando a cobrança por justiça por parte da sociedade e das instituições.

Silas Câmara (REPUBLICANOS - AM) - O Deputado destacou a realização da 63ª Convenção Estadual da Assembleia de Deus no Amazonas, celebrada juntamente com os 32 anos da Rede Boas Novas e os 20 anos da Faculdade Boas Novas, eventos que reuniram mais de 500 mil pessoas em quatro dias. Registrou ainda a Sessão Solene no Congresso Nacional em homenagem à instituição, com a presença de autoridades como os Ministros André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, e Jorge Messias, da Advocacia-Geral da União. Além disso, enalteceu os 107 anos da Assembleia de Deus no Amazonas e os 114 anos da denominação no Brasil, reafirmando seu reconhecimento à seriedade da entidade.

Antonio Andrade (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado registrou sua participação nas comemorações pelos 45 anos de emancipação política do Município de Figueirópolis (TO). Também parabenizou o Prefeito Fontoura, o Vice-Prefeito, Vereadores e moradores da cidade, destacando a contribuição daqueles que nasceram ou se mudaram para o Município com o objetivo de promover seu desenvolvimento. Mencionou ainda a realização de um show da dupla Mato Grosso & Mathias, classificando o evento como um marco festivo na história local.

Natália Bonavides (PT - RN) - A Deputada anunciou a instalação da primeira unidade básica de saúde em uma comunidade indígena do Rio Grande do Norte, no Amarelão, em João Câmara. Relatou que a obra será viabilizada por emenda parlamentar de R\$ 900 mil, em parceria com a Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde. Também comentou o julgamento do ex-Presidente Jair Bolsonaro, denunciando o plano golpista que incluiu tentativas de impedir o exercício do voto popular no Nordeste. Além disso, prestou homenagem às vítimas da ditadura e da Covid-19, ressaltando a importância de enfrentar os golpistas da atualidade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado criticou a decisão do Governo Federal de tributar as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e as Letras de Crédito Imobiliário (LCI). Enfatizou que a medida penaliza a classe média, que investe nesses títulos em busca de segurança e bom rendimento, além de afetar negativamente setores essenciais da economia nacional. Também ressaltou que o agronegócio é o principal produtor do País e o setor imobiliário é o maior gerador de empregos. Por fim, classificou a iniciativa como mais um peso imposto ao cidadão comum pela equipe econômica do Governo.

Waldenor Pereira (PT - BA) - O Deputado destacou as recentes ações em Vitória da Conquista (BA), que receberam investimentos superiores a 30 milhões de reais. Ressaltou a inauguração de uma central de imagens e 20 novos leitos de UTI no Hospital Afrânio Peixoto, além do repasse de recursos para a Santa Casa de Misericórdia e o Hospital Municipal Esaú Matos. Também mencionou a entrega de viaturas e equipamentos para reforçar a segurança pública na região. Ademais, afirmou que, com emendas de seu mandato, foram entregues tratores e implementos para fortalecer a agricultura familiar local. Por fim, destacou que a visita do Governador Jerônimo Rodrigues e do Ministro Rui Costa ficou marcada como um momento importante para o desenvolvimento regional.

Da Vitoria (PP - ES) - O Deputado destacou a atuação do Deputado Lula da Fonte na presidência da sessão e ressaltou sua importância como jovem Parlamentar. Além disso, discorreu sobre a 14ª edição do leilão solidário promovido pela Associação Vidas, em Aracruz (ES), que reúne diversas entidades para arrecadar fundos destinados a hospitais e instituições filantrópicas da região. Ademais, mencionou a participação do Presidente Hugo Motta em debate sobre política fiscal e criticou a proposta de aumento de impostos, defendendo um Governo que gere receitas sem onerar ainda mais o cidadão e que promova eficiência na máquina pública.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada destacou a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, já aprovada no Senado, e em análise por Comissão Especial da Câmara. Explicou que a matéria trata do parcelamento das dívidas previdenciárias dos Municípios e dos precatórios, com o objetivo de garantir sustentabilidade fiscal e liberar recursos para áreas essenciais como saúde e educação. Relatou que a Comissão realizou seminário em Cuiabá (MT) com Prefeitos e gestores públicos e informou a ampliação do parcelamento para até 300 parcelas, oferecendo alívio fiscal aos Municípios. Também mencionou que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) rejeitou a ideia de uma lei federal sobre Previdência municipal, ressaltando o compromisso em aperfeiçoar a proposta para apresentar o texto final e regularizar precatórios e débitos até julho.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado criticou a conduta do ex-Presidente Jair Bolsonaro durante o julgamento no qual ele e outros envolvidos são acusados de planejar um golpe. Nesse sentido, afirmou que Bolsonaro tentou justificar suas ações com um temperamento explosivo e negou participação em fatos comprovados, como a “Operação Punhal Verde Amarelo” e reuniões com chefes militares após as eleições. Também destacou o desprezo dos acusados pela verdade e elogiou as investigações que mostram provas, vídeos e delações. Além disso, apontou que o general Heleno não respondeu às perguntas e que há evidências claras do planejamento do golpe, incluindo manifestações públicas de Bolsonaro. Por fim, afirmou que a democracia brasileira exige a punição desses crimes e que os responsáveis devem ser presos.

Átila Lira (PP - PI) - O Deputado registrou a presença, no Plenário da Câmara, do Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), Janguê Diniz, e do Vice-Presidente Paulo Chanan. Relatou que ambos participaram de audiência pública na Comissão de Educação. Também destacou a atuação da entidade, que representa 8 milhões de estudantes e reforçou a relevância do ensino superior para o desenvolvimento do País. Ressaltou a importância da visita dos dirigentes da ABMES ao Parlamento e reconheceu o papel da Comissão de Educação no fortalecimento do setor.

Vicentinho Júnior (PP - TO) - O Deputado registrou a presença de visitantes do sudeste do Tocantins, especialmente da cidade de Porto Alegre do Tocantins (TO), destacada por sua beleza e potencial turístico. Em seguida, cumprimentou o ex-Prefeito Renan Cerqueira e Vereadores locais, todos do Progressistas, que visitaram o Congresso para conhecer a rotina da Casa e buscar recursos para o Município.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado alertou que o principal tema da próxima eleição será o combate à corrupção no Poder Judiciário, especialmente no Supremo Tribunal Federal (STF), além da crise na segurança pública, agravada pelo avanço do narcotráfico e do terrorismo. Criticou o aumento da carga tributária e a falta de compromisso dos governantes em cortar gastos, citando os excessos do Congresso, das Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e do Judiciário. Defendeu que o próximo Presidente da República seja o Governador Ronaldo Caiado, por sua experiência em promover segurança pública e jurídica em Goiás. Afirmou que Caiado está preparado para reduzir despesas, atrair investimentos e garantir segurança à população e aos empresários. Por fim, enfatizou a necessidade de tratar a segurança pública com a mesma prioridade dada à saúde e à educação, com investimentos nas forças policiais em todo o País.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada saudou a presença, na Câmara dos Deputados, de lideranças políticas de Santa Vitória do Palmar (RS) e Barra do Chuí (RS), incluindo os Vereadores Prof. Maurício Freitas e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

Carlos, a ex-Vereadora Vera Borges, Viviane Maciel e Emerson Cava. Ademais, destacou que a parceria entre os mandatos municipais e o trabalho em Brasília (DF) fortalece as ações em favor do Rio Grande do Sul.

Prof. Reginaldo Veras (PV - DF) - O Deputado criticou o Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, por ter sido omissos diante da depredação de 8 de janeiro, em contraste com a rigidez imposta à greve dos professores. Acusou o Governador de se recusar a negociar com a categoria e de ameaçar destruir o sindicato, atitude que considerou incompatível com o respeito à democracia. Ressaltou que os professores, mal remunerados, exercem seu direito constitucional de greve diante da ausência de diálogo. Cobrou que o Governador se comportasse como estadista e iniciasse negociações com os professores. Ao final, advertiu que a história do Distrito Federal demonstra que Governadores que enfrentaram os professores foram derrotados nas urnas.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado denunciou a articulação de um grupo parlamentar que pretende desvincular o reajuste de aposentadorias e pensões do salário mínimo, classificando a medida como um ataque aos direitos dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Afirmou que a desvinculação representa a perda do poder de compra de quem contribuiu durante décadas com base no salário da ativa. Defendeu a manutenção do vínculo entre salário mínimo e benefícios previdenciários e convocou entidades representativas da categoria a se mobilizarem contra a iniciativa. Criticou a ausência dessas entidades no Parlamento e questionou sua real atuação em defesa dos beneficiários. Ao final, conclamou os Parlamentares a rejeitarem a proposta, expressando confiança de que a maioria na Casa não permitirá tal retrocesso.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado criticou o Ministro da Fazenda por priorizar a criação de novos impostos em vez de cortar gastos públicos. Reprovou o recente aumento do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), alertando que a medida inviabiliza investimentos e penaliza o financiamento da agricultura. Citou levantamento da *Gazeta do Povo* que apontou 24 aumentos ou criações de tributos desde 2023, número que já estaria superado com novas medidas. Anunciou que denunciará, em suas redes sociais, os Parlamentares que apoiarem a medida. Além disso, apontou cinco áreas onde o Governo poderia reduzir despesas, como viagens presidenciais, Lei Rouanet, publicidade institucional e reformas em residências oficiais. Ao final, advertiu que, em caso de reeleição do Presidente Lula, a carga tributária se tornará insustentável para os trabalhadores.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado saudou a presença do Prefeito de Goiânia (GO), Sandro Mabel, na Câmara dos Deputados, destacando sua trajetória como Deputado Federal por quatro mandatos e Líder do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

Partido Liberal (PL), além de sua atuação em favor do Estado de Goiás. Ressaltou que o Prefeito esteve em Brasília (DF) em busca de recursos para a capital goiana e afirmou que a bancada estadual na Casa está disposta a colaborar. Por fim, elogiou o ex-Deputado Federal e atual Secretário Municipal da Fazenda de Goiânia (GO), Valdivino José de Oliveira, que acompanhava o Prefeito.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado destacou sua atuação em defesa da região do Caparaó, uma das mais belas do País. Ademais, relatou sua reunião com o Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) do Espírito Santo para tratar da contenção de encosta no Rio Claro, em Iúna (ES), atendendo ao Prefeito Romário. Além disso, anunciou que o edital para obra ligando Muniz Freire (ES) a Iúna (ES) será lançado no segundo semestre, e lembrou a articulação que levou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) a Muniz Freire (ES), em parceria com o Prefeito Dito Silva. Adicionalmente, ressaltou esforços para o calçamento de Pratinha do Juscelino, entre Ibitirama (ES) e Guaçuí (ES), e para a pavimentação da rodovia ES-160, ligando Irupi (ES) à Estrada Parque. Ao final, reafirmou seu compromisso com todas as cidades do Caparaó.

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado fez um apelo ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, para que aguarde o resultado da perícia antes de adotar medidas relacionadas a recentes acontecimentos envolvendo a segurança pública. Destacou que destinou a totalidade de suas emendas de bancada à área da segurança desde 2023 e elogiou o trabalho realizado pelo Bope e pela Polícia Civil, ressaltando o recorde de apreensões de fuzis e prisões no Estado. Ademais, manifestou solidariedade à família do jovem que foi morto, mas alertou contra julgamentos precipitados. Ao final, defendeu a política de segurança pública do Secretário da Polícia Civil, Felipe Curi, e do Secretário da Polícia Militar, Coronel Menezes, repudiando generalizações contra as forças policiais.

Joaquim Passarinho (PL - PA) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, do Prefeito de São Luís (MA), Eduardo Braide. Ademais, relatou sua visita à cidade de Redenção (PA), no sul do Estado, onde participou da Expo Polo Carajás e da tradicional Cavalgada Ruralista. Além disso, parabenizou o Presidente do sindicato rural, Márcio, pela organização do evento, destacando a força do agronegócio local, a qualidade do plantel e o uso de tecnologia na produção. Adicionalmente, homenageou Antônio Lucena Barros como agricultor do ano, Henrique Amaral como pecuarista do ano e Messias Campos como pioneiro do ano. Ao final, celebrou o papel dos produtores rurais na economia da região de Redenção do Araguaia.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado relatou sua visita ao Pará, onde constatou o abandono da ponte construída entre Xambioá (TO) e São Geraldo do Araguaia (PA), ainda sem encabeçamento e, portanto,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

inutilizada. Fez um apelo ao Presidente da República para que determine a presença do Diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) na região, a fim de viabilizar a liberação da ponte com pequenas intervenções. Criticou a falta de prioridade do Governo Federal e alertou que, diante da perda de outra ponte em Imperatriz (MA), a cidade de Estreito (MA) corre risco de colapso econômico pela interrupção do fluxo comercial. Ao final, defendeu a substituição das balsas por estrutura adequada, garantindo mobilidade entre o Pará e o Maranhão.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada declarou que o julgamento do ex-Presidente Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF) representa um momento histórico para o Brasil, ao tratar de uma tentativa de golpe de Estado. Afirmou que o ex-Chefe do Executivo tramou, junto a militares golpistas, uma ação violenta contra o Estado Democrático de Direito. Ressaltou que o processo não se trata de perseguição política, mas de responsabilização por graves crimes institucionais. Acrescentou que o comportamento do réu ao longo de seu mandato, incluindo atitudes desrespeitosas durante a pandemia e em relação às mulheres, reforça sua indignidade para ocupar cargos públicos. Por fim, defendeu que a punição dos envolvidos é essencial para impedir o retorno do golpismo e da extrema direita ao poder, reafirmando seu compromisso com a Constituição e a democracia.

Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO - TO) - O Deputado destacou que a bancada do Tocantins destinou cerca de R\$ 200 milhões para a construção da ponte de Xambioá (TO), sendo R\$ 100 milhões inicialmente e outros R\$ 92 milhões ao longo dos anos. Ressaltou que o Governo do Pará não contribuiu financeiramente com a obra e afirmou que a bancada do Tocantins, sob sua coordenação, viabilizou os recursos com apoio de Parlamentares como o Senador Eduardo Gomes, a Senadora Dorinha Seabra e o Deputado Vicentinho. Criticou a não conclusão da cabeceira da ponte, classificando a situação como vergonhosa. Além disso, lembrou sua atuação para levar a fábrica da Votorantim à cidade e afirmou ser o Deputado mais votado em Xambioá (TO) há 30 anos. Por fim, reconheceu a liberação de 99% dos recursos pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro e cobrou do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) a conclusão da obra.

Dr. Fernando Máximo (UNIÃO - RO) - O Deputado relatou sua visita ao Ministério Público do Estado de Rondônia, onde foi recebido pelo Procurador-Geral de Justiça, Alexandre Jésus, e pela Procuradora Flávia Mazzini, aos quais parabenizou pelo trabalho desempenhado. Destacou que, a partir desse encontro, iniciou a elaboração de projetos voltados à valorização de pessoas superdotadas, alertando para a invisibilidade e o abandono dessa população no Brasil. Defendeu a inclusão do tema nos cursos de Pedagogia, Medicina, Psicologia, Neurologia e Psiquiatria, além da criação de um plano nacional para diagnóstico e desenvolvimento desses talentos. Ao final, criticou a recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

pelo fim das escolas cívico-militares e defendeu sua ampliação, alegando que essas unidades contribuíram para a redução da violência, do tráfico de drogas e do vandalismo em Rondônia.

Delegado Éder Mauro (PL - PA) - O Deputado criticou o atraso na conclusão da ponte entre Xambioá (TO) e São Geraldo do Araguaia (PA), atribuindo a responsabilidade ao Governador do Pará, que impediu a finalização por questões políticas. Além disso, afirmou que a realização da COP 30 em Belém será vergonhosa, diante das péssimas condições de saneamento básico na capital paraense. Por fim, condenou o Governador por gastar recursos públicos com publicidade e processos contra opositores.

José Rocha (UNIÃO - BA) - O Deputado elogiou o Governador do Pará, Helder Barbalho, destacando sua competência e o esforço para sediar a COP 30. Afirmou que o Governador tem se empenhado na solução da ponte entre o Pará e o Tocantins, ressaltando que a obra é federal e de interesse para toda a Região Norte e Centro-Oeste.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, do Prefeito Joadir, do Vice-Prefeito Brandão e dos Vereadores Roberto, Jairinho e Julio, todos do Município de Laranja da Terra (ES). Ademais, destacou que a comitiva esteve no Ministério da Educação, tratando da implantação do Instituto Federal (Ifes) na cidade, e no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para tratar das escolas do Município. Além disso, ressaltou que o Prefeito, mesmo em início de mandato, já viabilizou a escritura do terreno destinado ao Ifes. Ao final, comprometeu-se a destinar recursos e emendas para fortalecer as políticas públicas em Laranja da Terra (ES).

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada condenou a política do Governador Ratinho Júnior no Paraná, acusando-o de promover a exploração dos servidores públicos por meio de sobrecarga de trabalho, metas inalcançáveis e defasagem salarial acumulada de 47%, sem abertura de diálogo com a categoria. Alertou para o risco de morte enfrentado pelos trabalhadores, citando a morte de duas professoras dentro de escolas em Curitiba (PR) nas últimas semanas e o afastamento médico de quase 9 mil profissionais da educação apenas em 2024. Criticou a repressão, a desvalorização e o desrespeito aos servidores. Ao final, pediu ao Governo do Estado que abra negociação com as entidades representativas e assegure a preservação dos direitos e a valorização do serviço público.

General Girão (PL - RN) - O Deputado avaliou como positiva a situação do ex-Presidente Bolsonaro durante as oitivas do Supremo Tribunal Federal (STF), destacando que nenhum depoimento, incluindo os de militares de alta patente, apresentou provas que corroborassem a delação do Coronel Cid. Ademais, criticou a tentativa



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

de criminalização das emendas parlamentares pelo Governo Lula, com apoio do STF, e defendeu a importância desses recursos para os Prefeitos e para a população. Lamentou a perda de uma emenda de 1,38 milhão de reais destinada à compra de um tomógrafo para Currais Novos (RN), responsabilizando o antigo Prefeito pela situação. Por fim, reprovou o requerimento de urgência para o Projeto de Lei (PL) nº 3.097, de 2024, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950 e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para instituir sanções penais e administrativas para gestores estaduais e municipais que não transferirem ou executarem, no prazo máximo de 60 dias, recursos provenientes de emendas parlamentares individuais e de bancada, e dá outras providências.

ORDEM DO DIA

Afonso Motta (PDT - RS) - O Deputado criticou o requerimento de urgência para o Projeto de Lei (PL) nº 3.097, de 2024, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950 e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para instituir sanções penais e administrativas para gestores estaduais e municipais que não transferirem ou executarem, no prazo máximo de 60 dias, recursos provenientes de emendas parlamentares individuais e de bancada, e dá outras providências. Considerou inadmissível a apreciação de um tema dessa gravidade de forma apressada, especialmente diante das recentes discussões orçamentárias e das investigações sobre o tema no Poder Judiciário. Alertou para o risco de desmoralização do Parlamento caso a urgência fosse aprovada, condenando a criminalização das emendas parlamentares. Ao final, solicitou que o projeto de lei não fosse colocado em votação.

Cleber Verde (MDB - MA) - O Deputado parabenizou o Presidente da Câmara dos Deputados pela atuação firme contra o aumento do IOF, considerando que existem alternativas menos prejudiciais à população. Ademais, saudou a presença, na Casa, do atual Prefeito de São Luís (MA), Eduardo Braide, e do Deputado Federal Ossesio Silva. Além disso, elogiou a gestão do Prefeito Braide, destacando ações de drenagem, asfaltamento e melhorias no trânsito, além de avanços significativos na saúde pública. Por fim, enfatizou que Braide figura entre os Prefeitos mais bem avaliados do Brasil e lidera as pesquisas para o Governo do Maranhão.

José Rocha (UNIÃO - BA) - O Deputado elogiou a condução dos trabalhos pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, destacando sua firmeza na direção da Casa e o reconhecimento que tem proporcionado ao Parlamento, à Paraíba e ao Brasil. Ademais, parabenizou o Município de Brumado (BA)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

pelos 148 anos de emancipação política. Homenageou o Prefeito Fabrício Abrantes, o Vice-Prefeito Dr. Marlucinho e os Vereadores da cidade, estendendo os cumprimentos ao povo de Brumado (BA), a quem agradeceu pela expressiva votação recebida nas eleições para o Parlamento.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada alertou para a gravidade da situação das crianças superdotadas no Brasil, ressaltando que, embora haja 48 mil inscritas no Ministério da Educação (MEC), muitas continuam fora do sistema por falta de diagnóstico e atendimento adequado. Destacou o elevado custo das avaliações, dificultando o acesso das famílias mais pobres, e apontou os elevados índices de sofrimento, mutilação e suicídio entre essas crianças. Agradeceu a inclusão pelo Deputado Danilo Forte de dotação orçamentária para obrigar os Estados a criarem pelo menos um instituto de atendimento aos superdotados. Além disso, criticou a má aplicação dos recursos destinados pelo Parlamento ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), lamentando que nenhum Município tenha criado novas vagas em creches. Ao final, reforçou a importância da primeira infância para o desenvolvimento cerebral e defendeu a derrubada do veto aos recursos para os institutos estaduais para superdotados.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.663, de 2023, que revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Ademais, defendeu a obstrução como resposta à falta de normalidade democrática no Brasil. Além disso, criticou a desorientação do Governo Federal e a sua incapacidade de resolver os problemas do País, reprovando a criação de tarifas ministeriais para liberar emendas parlamentares. Adicionalmente, condenou as interferências constantes do Supremo Tribunal Federal (STF) nas atribuições do Parlamento e a perseguição a Parlamentares de Direita, citando o caso da Deputada Carla Zambelli. Ao final, colocou-se à disposição para construir algum acordo de modo a suspender a obstrução para votação de alguns projetos de lei.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado manifestou-se favorável ao Projeto de Lei nº 1.663, de 2023, que revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, mas defendeu a sua retirada de pauta. Ademais, manifestou-se contrariamente a uma emenda à proposição que é uma ameaça aos sindicatos e aos trabalhadores. Por fim, sugeriu uma pauta consensual, que contemplasse projetos menos polêmicos, incluindo duas proposições de interesse da Frente Parlamentar da Agricultura.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.663, de 2023, que revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Ademais, defendeu um acordo para votação das proposições no dia seguinte.

André Fernandes (PL - CE) - O Deputado manifestou seu arrependimento por ter apoiado a eleição do atual Presidente da Câmara, Hugo Motta, alegando descumprimento de compromissos assumidos com a Oposição, especialmente quanto à votação da anistia aos participantes das manifestações de 8 de janeiro de 2023. Ademais, criticou a postura da Presidência da Casa em relação à cassação do mandato da Deputada Carla Zambelli, afirmando que a decisão deveria ter sido submetida ao Plenário. Além disso, condenou a crescente interferência do Supremo Tribunal Federal (STF) nas prerrogativas parlamentares, citando casos como o do Deputado Alexandre Ramagem e de outros investigados por manifestações políticas. Por fim, defendeu a necessidade de resgatar a autonomia da Câmara dos Deputados e de reafirmar a defesa da Constituição, alertando para os riscos da ditadura do Poder Judiciário.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado defendeu o Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, afirmando que a Presidência não tomou nenhuma decisão ainda sobre o caso da Deputada Carla Zambelli. Ademais, argumentou que seria injusto responsabilizar o Presidente por uma situação criada pela própria Deputada que optou por fugir, tornando-se foragida da Justiça e abrindo mão do direito de defesa no Plenário da Casa.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da Câmara dos Deputados contestou o Deputado André Fernandes, destacando o respeito que mantém por todos os Parlamentares e pela pauta da anistia aos participantes das manifestações de 8 de janeiro de 2023. Além disso, defendeu a importância de agir com equilíbrio e serenidade, afirmando que não tomaria decisões sob pressão. Ademais, esclareceu que a Presidência foi notificada apenas sobre o bloqueio dos vencimentos da Deputada Carla Zambelli, e não sobre a prisão, e que concedeu a licença solicitada anteriormente pela própria Parlamentar. Ao final, garantiu que o Plenário será o responsável pela decisão final quanto à perda de mandato da Deputada, assegurando o seu direito à ampla defesa, bem como o cumprimento rigoroso do Regimento Interno da Casa.

Altineu Côrtes (PL - RJ) - O Deputado declarou ter desistido de apresentar questão de ordem sobre a cassação de mandato da Deputada Carla Zambelli, após o compromisso do Presidente da Casa de submeter a decisão ao Plenário. Ressaltou sua relação de lealdade e amizade com o Presidente, recordando ter sido um dos primeiros a apoiar sua eleição para o comando da Casa. Relatou ter recebido ligações do Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

Valdemar Costa Neto e de outros Deputados, que pediram esclarecimentos sobre o processo de cassação da Deputada, dada a preocupação com o risco de precedentes que poderiam atingir no futuro Parlamentares de todos os espectros políticos. Ao final, defendeu o avanço do diálogo entre a Presidência da Casa e a Oposição.

Lucio Mosquini (MDB - RO) - O Deputado solicitou esclarecimentos sobre o posicionamento da Mesa Diretora quanto à decisão judicial a respeito da perda de mandato de sete Deputados Federais, recordando que, no caso do Deputado Deltan Dallagnol, a própria Mesa deliberou sobre o assunto.

Pedro Lucas Fernandes (UNIÃO - MA) - O Deputado agradeceu ao Deputado Sóstenes Cavalcante pela retirada do requerimento de retirada de pauta e reafirmou o apoio da bancada do União Brasil à Presidência da Câmara. Ademais, defendeu o Presidente da Casa, Hugo Motta, como um líder de diálogo e que respeita o Colégio de Líderes, sempre comunicando suas decisões com antecedência. Por fim, criticou a bancada do Partido Liberal (PL) pela injustiça contra o Presidente e cobrou um pedido de desculpas, afirmando que houve precipitação ao questionar a sua conduta.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado reafirmou sua posição contrária à cassação de mandatos parlamentares, defendendo que somente o eleitor tem legitimidade para essa decisão. Declarou que votaria pela manutenção do mandato da Deputada Carla Zambelli e também do Deputado Glauber Braga, caso a questão chegasse ao Plenário da Casa. Ademais, alertou os Deputados de Direita e extrema Direita sobre o risco de novos processos de cassação, citando o caso do Deputado Glauber e o do Deputado Gustavo Gayer. Além disso, criticou a polarização e as disputas políticas entre os grupos, apelando pela defesa institucional do Parlamento. Ao final, reconheceu o equilíbrio demonstrado pelo Presidente da Câmara dos Deputados na condução dos trabalhos e manifestou apoio à sua gestão.

Ossesio Silva (REPUBLICANOS - PE) - O Deputado proferiu parecer às Emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de lei nº 1.663, de 2023, que revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado informou a retirada do requerimento de adiamento da votação do Projeto de lei nº 1.663, de 2023, em discussão, embora tenha deixado registrada a posição contrária ao Destaque nº 8, apresentado pelo PL, por considerá-lo um assunto estranho ao teor do projeto. Também alertou que a aprovação de qualquer emenda de forma atravessada e inadequada, sem prévia consulta e negociação com as partes diretamente afetadas representaria um golpe nas organizações sindicais. Por fim,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

questionou a quem interessa flexibilizar o cancelamento da contribuição sindical por meio eletrônico ou correspondência, já que essa mudança não atenderia às necessidades dos trabalhadores brasileiros.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de lei nº 1.663, de 2023, que revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de lei nº 1.663, de 2023, que revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado encaminhou a votação da emenda de plenário nº 1 apresentada ao Projeto de lei nº 1.663, de 2023, que revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado encaminhou a votação da emenda de plenário nº 1 apresentada ao Projeto de lei nº 1.663, de 2023, que revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da emenda de plenário nº 1 apresentada ao Projeto de lei nº 1.663, de 2023, que revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da emenda de plenário nº 1 apresentada ao Projeto de lei nº 1.663, de 2023, que revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Rosângela Moro (UNIÃO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação da emenda de plenário nº 1 apresentada ao Projeto de lei nº 1.663, de 2023, que revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Vermelho (PP - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação da emenda de plenário nº 1 apresentada ao Projeto de lei nº 1.663, de 2023, que revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da emenda de plenário nº 1 apresentada ao Projeto de lei nº 1.663, de 2023, que revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Além disso, defendeu os manifestantes presentes nas portas dos quartéis. Afirmou que eles não seriam malucos, e sim cidadãos de bem movidos pela esperança de uma mudança no País.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da emenda de plenário nº 1 apresentada ao Projeto de lei nº 1.663, de 2023, que revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da emenda de plenário nº 1 apresentada ao Projeto de lei nº 1.663, de 2023, que revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Zucco (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da emenda de plenário nº 1 apresentada ao Projeto de lei nº 1.663, de 2023, que revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Paulão (PT - AL) - O Deputado criticou o posicionamento do Deputado Otoni de Paula a respeito do depoimento do ex-Presidente Bolsonaro, ao chamar seus aliados de malucos. Afirmou que Bolsonaro é um fujão que recuou ao se encontrar com o Ministro Alexandre de Moraes. Também disse que ele é a referência de uma extrema direita que carece de estatura e que teria chefiado uma organização criminosa. Ao final, afirmou que o ex-Presidente deve ir para a cadeia, sem qualquer possibilidade de anistia.

Rodrigo Valadares (UNIÃO - SE) - O Deputado agradeceu aos partidos que apoiaram a votação da emenda de plenário nº 1 apresentada ao Projeto de lei nº 1.663, de 2023, em discussão. Afirmou que a mudança evita filas quilométricas e proporciona dignidade às pessoas. Também ressaltou que o Governo se opunha à alteração, enquanto o seu partido, o União Brasil, junto ao líder, Deputado Pedro Lucas Fernandes, manteve a posição até a aprovação.

Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS - MG) - O Deputado registrou a presença do ex-Deputado Herculano Passos, atual Prefeito de Itu (SP). Destacou a atuação de Herculano Passos durante o período em que esteve na Câmara, classificando-o como um Deputado exemplar, trabalhador e dedicado aos estudos. Informou que o ex-Parlamentar serviu como referência para os integrantes da bancada do Republicanos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

Afirmou que a presença de Herculano Passos no plenário representou uma honra e motivo de orgulho para a Casa.

Daniel Agrobom (PL - GO) - O Deputado apresentou a universitária Tamara Oliveira, da cidade de Bom Jesus de Goiás. Informou que a estudante cursa o quarto período de Direito em Itumbiara (GO) e participou do Estágio-Visita, programa que levou mais de oitenta universitários às galerias da Câmara para conhecer de perto o trabalho dos Parlamentares. Destacou a importância da participação estudantil e manifestou satisfação em ter Tamara representando o sul de Goiás e sua cidade natal.

Osmar Terra (MDB - RS) - O Deputado criticou a atuação do Supremo Tribunal Federal, afirmando que o órgão não tinha legitimidade para legislar ou fazer política, por não ser composto por representantes eleitos pelo povo. Citou o artigo primeiro da Constituição para reforçar que todo o poder emanava do povo e deveria ser exercido pelos representantes eleitos. Expressou preocupação com a retirada de poder da Câmara dos Deputados, destacando que a Casa representava 100% dos eleitores brasileiros. Afirmou confiar na atuação da Presidência da Câmara para defender a instituição diante de decisões que colocavam em risco a democracia.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado registrou sua visita ao Município de Ecoporanga, no norte do Espírito Santo. Destacou que esteve na Fumatre, hospital local que, segundo ele, precisava de apoio. Anunciou a destinação de 300 mil reais para a unidade e assumiu o compromisso de viabilizar um novo aparelho de Raios X, após constatar que o equipamento atual estava quebrado. Também informou a destinação de 350 mil reais para a Pestalozzi de Ecoporanga (ES), com o objetivo de adquirir uma van para atender a comunidade. Afirmou que colocou seu mandato à disposição da população e destacou o apoio de lideranças locais, como o Prefeito Zé Luiz e o Secretário de Agricultura Wanilson.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado registrou a visita de dois oficiais da Polícia Militar de Mato Grosso: o Coronel Roque e o Tenente-Coronel Fagner. Afirmou que a Casa se sentiu honrada em recebê-los. Defendeu a regularização fundiária na faixa de fronteira, destacando as dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais da região. Criticou o sistema de georreferenciamento em uso, que não funcionava de forma adequada. Pediu apoio da Presidência da Câmara e da Frente Parlamentar da Agropecuária para garantir prazos e condições que permitissem aos produtores regularizar suas terras dentro das exigências legais.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado criticou a atuação da Extrema Direita, acusando-a de tentar enfraquecer os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Destacou o papel histórico do sindicalismo na criação do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

Partido dos Trabalhadores e na formação de centrais sindicais como a CUT e a CTB. Informou que o movimento sindical foi responsável por garantir a representação dos trabalhadores nas mesas de negociação, evitando retrocessos promovidos por empregadores. Afirmou que os sindicatos são formados por pessoas organizadas e conscientes de seus direitos e declarou que a força sindical não seria reduzida pelas ações da Extrema Direita.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado registrou o falecimento de Camilo Cola Filho, ocorrido no dia 9 de junho. Destacou que ele era filho do ex-Deputado Camilo Cola, responsável pela criação de um dos maiores conglomerados empresariais do Espírito Santo, incluindo o Grupo Itapemirim, a Fazenda Pindobas e a Marbrasa Mineração. Informou que o sepultamento ocorreu na comunidade de Pindobas, em Venda Nova do Imigrante (ES), cidade natal da família. Solicitou a realização de um minuto de silêncio no plenário da Câmara dos Deputados em homenagem à memória de Camilo Cola Filho e ao legado de seu pai.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "454" que consta do inciso II do art 3 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.663, de 2023, que revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação da expressão "454" que consta do inciso II do art 3 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.663, de 2023, que revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "454" que consta do inciso II do art 3 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 1.663, de 2023, que revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Criticou a decisão do Tribunal Superior Eleitoral que determinou a substituição de sete Parlamentares na Câmara dos Deputados. Destacou que todos os 513 Deputados Federais foram eleitos com base nas regras eleitorais vigentes em 2022. Informou que o Supremo Tribunal Federal havia definido anteriormente que mudanças nas regras da distribuição das sobras eleitorais só valeriam para as próximas eleições. Ressaltou, no entanto, que após a aposentadoria de um Ministro e a posse de outro, houve alteração no entendimento, resultando na ordem para que os Tribunais Regionais Eleitorais procedessem à troca de cadeiras. Alertou para os impactos dessa decisão sobre a representação do voto popular.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada manifestou solidariedade à ex-Presidenta da Argentina, Cristina Kirchner, destacando que ela foi proscrita da vida pública pela Suprema Corte do país, composta por três advogados ligados a interesses empresariais e aliados do atual governo. Afirmou que Cristina sofre lawfare e tem o apoio das mulheres latino-americanas. Apontou que a ex-Presidenta enfrenta perseguição política por sua oposição ao projeto neoliberal e ressaltou que a Argentina saberá reagir aos ataques contra ela, que já sofreu um atentado.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Pedro Lupion (PP - PR) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Nilton Tatto (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

General Girão (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Padovani (UNIÃO - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Pedro Lupion (PP - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Caroline de Toni (PL - SC) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado discursou contra o Governo Lula, criticando o aumento dos gastos públicos e alertando para o risco de o Brasil atingir, em 2027, um endividamento superior a 92% do PIB.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

Afirmou que essa trajetória ameaça a sustentabilidade econômica do País. Destacou que a política econômica atual prejudica setores essenciais, como o agronegócio e a construção civil, e impacta diretamente o emprego e a renda dos brasileiros. Além disso, acusou o Judiciário de parcialidade e abuso de poder. Por fim, fez um apelo aos Deputados de Centro e de Direita para que se posicionem contra os desmandos do Executivo, e defendeu a Deputada Carla Zambelli, que estaria sofrendo perseguição política.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Otto Alencar Filho (PSD - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou o que classificou como um enfraquecimento do sistema bicameral no Brasil. Destacou que decisões do Congresso têm sido sistematicamente derrubadas no Judiciário, o que, na prática, transforma o sistema em “tricameral”. Lamentou que, mesmo após aprovação de matérias na Câmara e no Senado, um único Ministro do Supremo Tribunal Federal possa anular a vontade dos representantes eleitos.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Caroline de Toni (PL - SC) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Padovani (UNIÃO - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Lucio Mosquini (MDB - RO) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Caroline de Toni (PL - SC) - A Deputada proferiu parecer à emenda de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado elogiou o Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, destacando sua origem no Paraná e relatoria por Santa Catarina, Estado que considerou referências de qualidade de vida no Brasil. Ressaltou que a proposta traz benefícios na área da segurança e do financiamento ao agronegócio. Além disso, citou dados econômicos para valorizar o setor agropecuário, que respondeu por 12% do crescimento do PIB no último trimestre, enquanto a indústria registrou queda e os serviços cresceram apenas 0,3%. Também defendeu o abandono de políticas antigas e a modernização do País, mirando o futuro. Finalizou cumprimentando a Relatora e o autor do projeto.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada da votação do requerimento que solicita o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado orientou a bancada da votação do requerimento que solicita o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada da votação do requerimento que solicita o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Pedro Lupion (PP - PR) - O Deputado parabenizou a Deputada Caroline de Toni pelo trabalho como Relatora e destacou o compromisso do Deputado Tião Medeiros, autor do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, e do Deputado Sergio Souza, autor de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sobre o mesmo tema. Criticou opositores por não conseguirem maioria nem para aprovar um projeto simples e elogiou a Frente Parlamentar da Agropecuária pela unidade e responsabilidade com o Brasil.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Caroline de Toni (PL - SC) - A Deputada encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Padovani (UNIÃO - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

Pedro Lupion (PP - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado agradeceu ao Presidente pela inclusão na pauta Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, considerado crucial pela Comissão de Agricultura e Pecuária, pela Relatora Deputada Caroline de Toni e pela Frente Parlamentar da Agropecuária, liderada pelo Deputado Pedro Lupion. Defendeu a ratificação da medida como essencial para evitar prejuízos a milhares de produtores rurais. Além disso, criticou o Governo do Partido dos Trabalhadores (PT) por promessas não cumpridas e pelo aumento nos preços dos alimentos, afirmando que votar contra a ratificação seria votar a favor da carestia.

Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP) - A Deputada encaminhou a votação do § 5º-A do Art. 2º da Lei n. 13.178, de 2015, que consta do Art. 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do § 5º-A do Art. 2º da Lei n. 13.178, de 2015, que consta do Art. 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Padovani (UNIÃO - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do § 5º-A do Art. 2º da Lei n. 13.178, de 2015, que consta do Art. 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado orientou a bancada na votação do § 5º-A do Art. 2º da Lei n. 13.178, de 2015, que consta do Art. 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do § 5º-A do Art. 2º da Lei n. 13.178, de 2015, que consta do Art. 2º do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

2024, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira e altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou a fragilidade da base governista no Congresso, destacando que o Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, foi aprovado com quórum de PEC. Afirmou que partidos com menos de cem Parlamentares recorrem ao Supremo Tribunal Federal por terem apoio de um líder do Governo na Corte. Por fim, defendeu o Congresso Nacional como a instância máxima da democracia e afirmou que o Governo representa apenas uma minoria. Encerrando sua fala, dirigiu uma crítica direta ao Presidente Lula.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado expressou indignação com declarações do Presidente Lula sobre o conflito em Gaza, classificando-as como irresponsáveis, ideológicas e ofensivas à diplomacia brasileira. Criticou o uso do termo “genocídio” em referência às ações de Israel e a fala que acusou o país de “vitimismo”. Destacou os ataques terroristas do Hamas em 7 de outubro e acusou o Presidente de desrespeitar a dor do povo israelense. Rejeitou a postura do Governo, que enfraquece a imagem internacional do Brasil e o aproxima de regimes autoritários. Reforçou que o Parlamento deve se posicionar em defesa da paz, da verdade e do direito de Israel à autodefesa.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, do Projeto de Lei nº 5.465, de 2016, de sua autoria junto com a Deputada Carmen Zanotto. Informou que a proposta determina a obrigatoriedade da divulgação do número “Ligue 180” em locais públicos e privados de grande circulação, visando ampliar o acesso das mulheres ao canal de denúncia contra a violência de gênero. Destacou que a medida é um passo relevante diante dos dados alarmantes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que apontaram mais de 21 milhões de brasileiras vítimas de violência em um ano. Por fim, reforçou que a visibilidade do canal ajuda no enfrentamento do problema e cobra compromisso do Poder Público com a efetiva implementação da medida.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado destacou a importância da audiência pública marcada para amanhã, na Assembleia Legislativa do Tocantins, para discutir a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023. Informou que a iniciativa, promovida pela Comissão Especial da Câmara, visa debater soluções para os precatórios e os débitos previdenciários de Municípios e Estados. Ressaltou ainda que a PEC propõe parcelamento das dívidas e novos limites para os pagamentos, com foco no equilíbrio fiscal e na manutenção dos serviços públicos essenciais. Também defendeu a inclusão dos Estados no texto e explicou os três eixos da proposta: revisão da correção pela Selic, ampliação do prazo até 2049 e vinculação ao crescimento da receita.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

Encerrou convidando gestores e Parlamentares para o debate, reafirmando o compromisso com uma solução justa e viável.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado denunciou o abandono da educação no Acre, classificando a situação como uma tragédia institucional. Destacou o caso da Escola Rural Limoeiro, mostrada no programa Fantástico, onde alunos estudam em condições precárias, sem paredes, água potável ou estrutura mínima. Criticou o Governo estadual por anunciar bilhões em investimentos enquanto mais de 500 escolas seguem sem água potável. Apontou ainda a ausência de diálogo com as Prefeituras e a falta de coordenação e repasses efetivos. Além disso, defendeu a criação de uma política de Estado com fundo estadual-municipal transparente, valorização dos professores e participação das comunidades. Por fim, afirmou que a população não aceita mais promessas vazias nem o esquecimento da infância acreana.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado defendeu a adoção estratégica da Inteligência Artificial (IA) no trabalho Parlamentar como caminho para tornar o Estado mais ágil, eficiente e próximo da população. Enfatizou que a IA pode qualificar a atuação legislativa, otimizar a gestão de demandas e subsidiar políticas públicas com base em dados, sem substituir o papel humano. Destacou experiências no Brasil e no exterior, como o uso de IA em Cascavel (PR) e na França. Ressaltou a necessidade de um marco regulatório ético e responsável para o uso da Inteligência Artificial no setor público. Como autor do Projeto de Lei nº 2.175, de 2023, que trata do marco regulatório do metaverso, e envolvido no debate sobre regulação das plataformas digitais, afirmou que o avanço tecnológico exige normas claras, baseadas na transparência, na equidade e no respeito aos direitos fundamentais. Alertou para os riscos de reprodução de preconceitos por algoritmos e destacou que essas ferramentas devem servir para combater desigualdades, e não perpetuá-las. Por fim, reforçou que a inovação deve servir à justiça social e à boa aplicação dos recursos públicos.

Acácio Favacho (MDB - AP) - O Deputado celebrou os 19 anos da Universidade do Estado do Amapá (UEAP), destacando sua importância como instrumento de inclusão, desenvolvimento e transformação social no Estado. Lembrou que a instituição foi criada por iniciativa do ex-Deputado Edinho Duarte, autor da lei que deu origem à universidade. Além disso, saudou o recente anúncio do Governador Clécio Luís sobre a reformulação da carreira dos técnicos administrativos e reafirmou seu compromisso com a expansão da UEAP. Por fim, informou ter destinado recursos por meio de emendas para a implantação do curso de Direito, defendendo a valorização de servidores e a interiorização do ensino superior.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado criticou o aumento recente do IOF e apontou a medida como reflexo de uma política econômica marcada pelo improviso fiscal e pela elevação da carga tributária. Destacou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 101.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 10/06/2025

que governos liberais, como o de Jair Bolsonaro, priorizaram a redução de impostos e a desoneração de setores essenciais, com impacto positivo sobre o consumo das camadas mais pobres. Ressaltou ainda que o sistema tributário brasileiro é regressivo, complexo e ineficiente, penalizando a população de menor renda. Por fim, defendeu uma reforma baseada na simplificação, na redução da carga sobre atividades produtivas e na eficiência do gasto público, como caminho para o crescimento sustentável.

ENCERRAMENTO